

4

416

# PREFEITURA DO MUNICIPIO DE S. PAULO



C.S.

NUMERO .....
GRUPO .....
GAVETA .....
PASTA .....
Com ..... folhas
Com ..... documentos

PARA USO DO ARQUIVO

## PROTOCOLLO GERAL

PROCESSO N.º 38324

INTERESSADO: OFF. 733 DO SR. PREFEITO

ASSUMPTO: REMETENDO A CAMARA, O TEXTO PARA  
INTRODUCCAO AO RELATORIO DO ANNO P.  
PASSADO.

LOCAL: GABINETE DO SR. PREFEITO

DISTRIBUICAO: VARIOS CLASSIFICACAO: "P. 71"

OBSERVAÇÕES:

1930

Nenhum processo poderá ser encaminhado **EM MÃOS**, nos seus diferentes tramites pela Prefeitura, a não ser quando assim o determinê o Prefeito.

(§ Unico, Artigo 11 de acto n.º 2655 de 2-7-1926)

GABINETE DO PREFEITO

Publicue-se. *Trin Fonseca*  
1. Sessão 28/7/930.

# Prefeitura do Municipio

Nº 733

Nº	38324
NAT.	.....
DIST.	.....
CLA.	.....
LIVRO	4
DUC.	.....

São Paulo, 25 julho 1930.  
Officio 733 do Sr. Prefeito remet-  
tendo o texto para introdução  
ao relatório do anno passado.

Illmo. Snr. Presidente da Camara Municipal.

Tenho a honra de enviar a essa illustre Camara o texto para  
introdução ao relatório do anno passado.

Aproveito o ensejo para reiterar os protestos de minha ele-  
vada estima e distincta consideração.

O Prefeito,

*R. M. R. Ri*

770

SECRETARIA da CAMARA MUNICIPAL de SÃO PAULO	
Portaria	25 de Jul de 1930
Livro	19
Fols	186



INTRODUÇÃO

A O

RELATORIO DOS TRABALHOS

D O

A N N O D E 1929.

Senhor Presidente e mais Vereadores da Camara Municipal:

Antes de realizar o emprestimo, que autorisastes por lei de Agosto do anno passado, e que circumstancias diversas, alheias á vida municipal, impediram de fazer-se até agora, julgo de meu dever, á guisa de introducção ao relatorio dos serviços do ultimo exercicio, vos pôr ao par da situação actual dos negocios administrativos da prefeitura.

Haveis de permittir-me que, recapitulando os factos destes ultimos quatro annos, vos dê uma ideia de conjuncto de toda a nossa administração.

Quando ella se iniciava, em 1926, a receita municipal do exercicio anterior attingira 34.560 contos; a divida fluctuante montava em .. 24.889; custara o serviço da divida consolidada, no exercicio de .. 1925, a importancia de 14.180 contos.

Ao fim de quatro annos, a situação financeira poder-se-ia resumir deste modo: a receita arrecadada, no exercicio de 1929, monta em .. 57.818 contos; a divida fluctuante attinge 40.186; o serviço da divida consolidada custa 18.315 contos de reis.

Não se prejudicou a situação financeira relativa; manteve-se a proporcionalidade entre a receita e os compromissos; tudo não obstante, um vulto consideravel de obras se pode realizar.

Nada menos de 34.867 contos foram postos em desapropriações para abertura ou alargamento de avenidas e ruas; não menos de 60.621 contos foram despendidos na pavimentação da cidade; 24.186 contos foram gastos em obras diversas, principalmente no mercado central e na la-deira do Carmo.

Apezar desse dispendio de 118.677 contos em obras e desapropriações reclamadas pelo progresso da cidade, a situação financeira não se agravou, conservou-se relativamente a mesma, isto é, cresceram os compromissos na proporção do augmento da receita.

O programma das obras realizadas obedeceu rigorosamente ao imperativo de necessidades urgentes da nossa opulenta metropole, cuja população attinge agora 1.000.000 de habitantes.

A cidade crescera, nestes ultimos tempos, de tal maneira que cerca de 75% de suas casas teem menos de 25 annos de construidas; como que são novas todas as casas, assim como vermelhos se nos deparam os seus telhados.

Não permittiram os recursos da municipalidade que as obras publicas a seu cargo acompanhassem o explosivo desenvolvimento das construcções particulares; abriam-se ruas novas em todas as direcções e bairros inteiros se edificavam sem que, entretanto, a municipalidade pudesse fazer o calçamento das vias publicas, o alargamento de ruas antigas, a abertura de avenidas indispensaveis ao movimento crescente de uma grande capital que se formava e temos ahi a reclamar obras custosas de melhoramentos.

Ha quatro annos passados, no começo de nossa administração, procurámos organizar um programma que ~~na~~ pudesse dilatar ao passo do crescimento dos recursos financeiros que se nos apresentassem.

Não nos preocupavam obras secundarias, adiaveis ou dispensaveis; não cogitávamos de obras sumptuarias, possiveis somente <sup>em</sup> epocha de abundante recurso; voltou-se o nosso pensamento para obras fundamentaes do desenvolvimento de S. Paulo, obras de vulto, indispensaveis, havia muito reclamadas, algumas iniciadas, todas projectadas antes de nossa administração:

- 1 - a pavimentação da cidade
- 2 - a canalisação do rio Tieté
- 3 - a Avenida de S. João
- 4 - a Avenida Anhangabahú
- 5 - a ladeira do Carmo
- 6 - o mercado central

Nenhuma de taes obras seria adiavel; nenhuma secundaria, para o plano de uma grande cidade como S. Paulo.

Si de todas ellas não fizesseamos o nosso programma, teriamos faltado ao cumprimento do nosso dever de cuidar do futuro proximo da cidade que esta-

mos administrando.

Eram, entretanto, limitados os nossos recursos; com elles fizemos o que nos foi possivel, com espirito pratico e de economia.

- Outras obras -

Não ficavam nessa meia duzia de obras de vulto excepcional as necessidades urbanas da capital paulista; reclamava o centro da cidade o alargamento de muitas de suas velhas ruas estreitas, de edificação colonial.

Em trechos da avenida Conceição, das ruas que vão ter á praça da Sé, no melhoramento da rua Quinze de Novembro, no primeiro passo para construcção de uma avenida circular, em todos esses pontos da cidade antiga, fizemos desapropriações esparsas que, no seu total, custaram mais de 8.000 contos.

E ha muito ainda que fazer para o alargamento dessas vias publicas de intensa vida commercial.

Tomámos as medidas iniciaes para abertura de uma avenida de fundo de valle, ao longo do corrego Itororó, entre o centro da cidade e o bairro do Paraizo; perto de mil contos dispenderam-se nesse melhoramento, cuja construcção tem de ser demorada ao passo dos recursos que forem obtidos.

Cuidámos da construcção de uma avenida para ligar-se Agua Branca ao Aracá, pelo caminho da avenida Pompeia, circuito conveniente ao transito do futuro bairro da Faculdade de Medicina.

Não podiamos adiar o inicio de uma larga avenida, ao longo do Ypiranga, entre o monumento da Independencia e a floresta das nascentes daquelle ri-beiro, onde o Governo do Estado, para o beneficio da cidade, constróe um parque de enormes proporções.

Visinho da Avenida Paulista, hoje Carlos de Campos, entre Villa America e Villa Marianna, um grande espaço de terras, que constituiam a chacara do Ibirapuéra e a Invernada dos Bombeiros, ficára livre de construcções por ser propriedade publica, pertencente ao Governo do Estado e ao do Municipio. Numa cidade pobre de jardins centraes, como era S. Paulo, não poderiamos perder a opportunidade que se nos apresentava de preparar o terreno para um parque em pleno coração da cidade residencial. Fez-se a permuta de gran-

de parte da Invernada dos Bombeiros pelo terreno que a municipalidade possuía na Agua Branca, utilizado para viveiro de plantas; adquirio-se uma área de 200.000 metros, contigua áquella Invernada; de outro lado, a municipalidade reivindicou uma extensão enorme de terreno invadido por intrusos e, desse modo, conseguirá reunir cerca de 100 alqueires, que se destinam ao parque, de cujas dimensões temos ideia imaginando o meio-termo entre o Hyde Park de Londres e o Central Park de Nova York. Mais de 1.000 contos gastou a Prefeitura na compra de terrenos e na defeza judiciaria desse logradouro de evidente importancia para o futuro de S. Paulo, cidade moderna.

As maiores despesas, entretanto, foram feitas com as seis obras cuja lista escrevemos acima; mais do que as outras reunidas custou a pavimentação da cidade; todas, porém, tinham de ser iniciadas, sob pena de custarem muito mais ou de se tornarem impossiveis.

Chegavamos para administrar S. Paulo, em 1926, num momento de tal progresso, de tal prosperidade, que qualquer vacillação teria de ser prejudicial; de nada nos arrependemos, muito embora a surpresa da crise economica, reflexo de uma situação universal, nos leve agora a reduzir todas as despesas, para vencer as difficuldades que surgem .

As obras que realisámos, umas iniciadas, outras adeantadas, algumas quasi concluidas, fazem parte, sem excepção, do plano aconselhavel para o desenvolvimento da cidade.

As novas avenidas, as ruas alargadas, os parques, de tudo S. Paulo precisava e, na convicção de que a crise economica é passageira, temos certeza de que, méra questão de tempo, as vindouras administrações municipaes proseguirão no caminho que traçámos e no qual encontrarão todas as necessidades de S. Paulo attendidas com previsão justificavel.

- A pavimentação da cidade -

Mais do que tudo, ha cinco annos passados, S. Paulo precisava de calçamento; ruas inteiras, em todos os bairros completamente edificadas, eram de lama quando chovia e de poeira nos dias de sol; ruas centraes e avenidas de intenso trafego eram pessimamente calçadas; do muito de que precisávamos, fizemos

alguma coisa apenas, menos de metade do que teremos de fazer ainda. Mais de 60.000 contos já dispendemos e a cidade reclama o dobro dessa importancia para suas necessidades de calçamento.

Ao chegarmos em 1926, determinámos que a Directoria de Obras informasse a respeito da pavimentação da cidade, eruiço, aliás, que merecera das anteriores administrações o maior esforço, mas cuja exigencia passava o limite das possibilidades do erario publico, tal o crescimento da cidade. Precisavamos, em 1926, de 3.000.000 de metros quadrados de calçamento, dos quaes 1.500.000 em ruas não pavimentadas e outro tanto para substituir velhos calçamentos de pessima qualidade. Enquanto se construíssem os trez milhões de metros quadrados a que acabamos de nos referir, novas necessidades surgiriam, tal o progresso da cidade ha quatro annos passados; tinhamos de fazer um programma de trabalho para execução de 5.000.000 de metros quadrados de calçamento, obra de proporção excepcional, que deveriamos fazer em dez annos de actividade continua.

Evidentemente faltavam recursos, no erario municipal, sufficientes para uma despeza annual de mais de 20.000 contos durante aquelle prazo de construção; havia, porém, uma lei de 1924, que se não tinha applicado e em cuja virtude os proprietarios dos predios das ruas que se pavimentassem deveriam contribuir com 2/3 das despesas do calçamento.

Si pudessemos cumprir essa lei, teria o erario municipal de supportar a despeza annual de cerca de 7.000 contos durante os dez annos em que a obra se deveria concluir, para deixar-se a nossa opulenta capital inteiramente calçada.

Planejámos dividir a grande obra em trez periodos de cerca de quatro annos, á razão proxima de 80.000 contos no primeiro periodo e 70.000 nos dois ultimos, de tal maneira que antes de 1940 S. Paulo pudesse ter 5.000.000 de metros quadrados de bom calçamento.

Mediante concorrencia publica, devidamente autorisada por lei especial, fizemos o contracto de pavimentação, na base de custo e mais dez por cento, limitado á somma de 80.000 contos.

Tudo correu normalmente, até surgirem reclamações contra a contribuição determinada em lei. A base impressionante dos que combatiam a nova lei era

o metro quadrado de calçamento, que apparecia mais do que o duplo antigo. Esqueciam dois factores explicativos desse maior custo: a do novo calçamento e o menor valor da moeda consequente á situação

zmente, venceu a campanha e tivemos de modificar a lei para reduzir ante a contribuição, que não attingirá metade das despesas realmente

nos de nos referir á lei da contribuição total, que vigorou durante e logo foi revogada, determinando a restituição do que se recebêra relativamente á nova lei que, como dissemos, reduz á metade a contribuição. Effectivamente passou esta, em face da primitiva lei, de  $\frac{2}{3}$  a cerca desde que a contribuição se refere ao custo do terreno fronteiro aos e tem o thezouro municipal de custear as despesas com a pavimentação eamentos das ruas, com as guias e as obras complementares.

Atendo-se que deixemos, para ulterior amortisação, 10.000 contos das grandes installações iniciaes, montam as despesas do primeiro pe- a cerca de 70.000 contos; conforme a lei primitiva, seria de 50.000 a contribuição dos proprietarios; de accôrdo com a lei da contribui- al, subiria áquella somma de setenta mil; mas, nos termos da ultima vigora, não passará, theoreticamente, de 35.000 contos e, de facto, velam as arrecadações, não attingirá 33 mil.

ace da penultima lei, houve uma redução de 35.000 contos na importan- tribuida; relativamente á primitiva lei, essa diminuição monta em ... contos, nos termos do orçamento; mas, effectivamente, além de 17.000 a.

amos de corrigir esse deficit por uma operação de credito e foi o que os no segundo semestre do anno passado; entretanto, a perturbação do bancario em Nova York e Londres no fim do anno, a consequente crise Paulo soffreu na sua economia, a situação financeira que ainda perman toda a parte, tudo aconselha a demorar-se a operação em procura de condicção de juro, prazo e typo do emprestimo.

e este bastar para consolidação da dívida fluctuante e conclusão do cto de calçamento; provem aquella, na sua maior parte, justamente das

despesas de pavimentação da cidade.

Em taes condições, o empréstimo que se vae realizar foi motivado, e a elle se destina, predominantemente, pelo serviço de pavimentação da cidade.

Muita coisa já se fez, dezenas de kilometros de ruas foram calçados, bairros inteiros foram valorizados por magnifica pavimentação.

A nossa opulenta metropole exige, entretanto, mais trabalho.

Reclama S. Paulo, neste momento, além do muito que se fez, mais ..... 2.000.000 de metros quadrados, pelo menos.

Precisamos pedir maior contribuição para o beneficio do calçamento; hoje melhor orientados pela observação directa dos factos, os proprietarios já verificam a sua propria vantagem.

#### - A canalisação do rio Tieté -

A canalisação do rio Tieté, ha meio seculo reclamada pela opinião publica, em face das questões de hygiene e desenvolvimento da cidade, preocupava, de longo tempo, a municipalidade.

Não poderiamos, em 1926, cruzar os braços deante dessa premente necessidade urbana. Havia a administração antecedente cuidado desse problema dando ao engenheiro Saturnino de Brito, a incumbencia dos estudos; á nossa administração coube o prazer de publicar em volume o seu magnifico trabalho.

Além do valor tecnico, teve o projecto do eminente profissional o merito de revelar as difficuldades de character juridico, para aquisição do terreno em que se deveriam localisar as obras; dividio elle o orçamento em duas partes: as desapropriações e o custo das obras.

Avaliou este em cerca de 63.000 contos; fez conjecturas apenas sobre aquellas, taes as difficuldades que se lhe deparavam, resultantes da falta de informações sobre os terrenos de propriedade publica á margem do rio que se teria de canalisar.

Corriam versões diversas referentes ao patrimonio territorial do Municipio; umas, exagerando, avaliavam em cinco milhões de metros quadrados aquelle patrimonio á margem do Tieté; outras, em sentido contrario, affirmavam pouco existir dos antigos <sup>terrenos</sup> devolutos, taes as concessões feitas e tal a in-

vasão de intrusos.

Desde que se reconheça de dominio publico a faixa de quinze metros á margem do rio, e contando-se com a total permuta do antigo leito pela área necessaria que se terá de escavar, ainda assim, informa o trabalho de Saturnino de Brito, ter-se-iam de desapropriar cerca de quatro milhões de metros quadrados, ao longo de 25 kilometros, entre a Penha e Osasco.

Essa, a grande e primeira difficuldade que se teria de enfrentar e sem cuja remoção nenhum trabalho de vulto se poderia fazer para a canalisação do Tieté.

Nosso cuidado inicial em 1926, foi mandar levantar uma planta rigorosa do valle do Tieté, entre a Penha e Osasco; incumbio-se dessa tarefa o Serviço Geographico Militar, cujo commandante veio a S. Paulo e dirigio o levantamento aereo-photographico, que se desenhou no Rio de Janeiro, trabalho que temos, constantemente, verificado ser perfeito nas suas indicações.

Organisámos duas commissões de character technico, uma de engenheiros e outra de advogados, para cuidarem da locação do eixo do canal e das desapropriações indispensaveis.

A primeira fez alterações no projecto primitivo, na largura do canal e no seu traçado, conseguindo pelos dois motivos economia no orçamento; a segunda, além das desapropriações, realisou o mais efficiente trabalho juridico de reivindicación. Deram as duas commissões, que trabalhavam de perfeita harmonia, desempenho integral á tarefa difficil de que foram incumbidas.

Póde hoje a municipalidade comprometter-se a entregar, livre de qualquer embarço, toda a área de terreno necessaria á canalisação do rio Tieté, entre a Penha e Osasco, no caso em que o Governo do Estado, conforme autorizado por lei, resolva levar a effeito a construcção das obras.

Não terá sido pequena a contribuição do Municipio, representada pelo trabalho technico, pelo serviço juridico e pelo pagamento das desapropriações, para que se possa realisar o grande melhoramento.

A capital do Estado de S. Paulo merece o maior sacrificio para que possamos libertar do flagelo das innundações annuaes nada menos de 6.000 casas, construidas á margem do rio Tieté.

O Municipio nada mais pode fazer; sua missão está cumprida e foi sua ta-

refa a mais demorada pela natureza dos estudos hydraulicos, a mais ingrata pelo incommodo das desapropriações, a mais ingloria pelo silencio em que se deveria trabalhar para melhor defeza dos interesses publicos.

Excede ás forças financeiras do Municipio o custo das obras, a dragagem do canal e a construcção das pontes; o que elle fez, entretanto, fornecendo os terrenos para o canal e as avenidas lateraes, deve representar, com certeza, uma contribuição jamais inferior a um terço do custo provavel do melhoramento, que constitue, na capital do Estado, parte dominante no conjuncto de obras do plano completo de urbanismo em S. Paulo.

Desse plano, as avenidas de S. João e Anhangabahu são elementos essenciaes.

- Avenida de S. João -

Tinha a primeira de ser concluida, por isso que em quasi dois terços de sua extensão já <sup>se</sup> abrira, com a circumstancia de se acharem os extremos abertos e fechada a parte média.

O congestionamento do trafego na rua das Palmeiras reclamava o escoadouro da larga avenida que se tinha começado havia perto de vinte annos; a derivação do commercio do Centro para além dos viaductos do Chá e de Santa Ephygenia era outro motivo para não se retardar a ligação directa e franca do Centro a Santa Cecilia, Campos Elyseos, Barra Funda e Lapa.

Sem precipitação nenhuma, cautelosamente, defendendo o interesse publico, em trabalho continuo de quatro annos podemos abrir a parte interrompida no caminho d'ireito á Praça Deodoro, caminho que será continuado pela avenida Agua Branca, realisando-se dessa maneira a existencia de uma avenida de trinta metros de largura e uma legua de extensão e cuja parte inicial, em pleno coração da cidade, representa o papel de avenida central de transito e de commercio.

Já existem duas avenidas, de trinta metros de largura perpendiculares ao rumo da avenida de S. João em procura de Agua Branca; são as avenidas Pompeia e Pacaembú, que deverão attingir futuramente as avenidas marginaes do Tieté.

nida de S. João determinaria o encarecimento da obra; acreditamos que, passada a crise economica que atravessamos, veremos justificado o sacrificio em bem da cidade.

- Avenida Anhangabahú -

Pelas desapropriações já feitas, inteiramente garantida se acha a possibilidade da abertura de um caminho plano entre o Largo do Riachuelo, pelo valle do Anhangabahú, e os bairros da cidade para os lados de Santo Amaro, onde se encontram Villa Ameirca, Jardim America e Pinheiros.

Emquanto o tunnel sob a collina da avenida Paulista, hoje Carlos de Campos, não se abrir, o papel da avenida Anhangabahú terá significação de hygiene e de embellezamento.

Nas encostas do valle, entre o centro da cidade e o Trianon, apertado pelas ruas Frei Caneca e Santo Antonio, uma zona de cortiços, casebres que formam as chamadas "favelas" do Rio de Janeiro, já se desenvolvia e difficultava as desapropriações.

Tudo hoje desapareceu, novo arruamento está feito por empresa de terrenos; a galeria de aguas pluviaes já se construiu, o movimento de terra vae adeantado e já se faz ideia do que será a grande avenida de trinta metros de largura, caminho que attingirá a avenida Brasil no Jardim America, pela qual se entrará no parque da Invernada dos Bombeiros e de Ibirapuéra, parque de proporções grandiosas e de que S. Paulo tanto carece.

Tal a importancia da avenida Anhangabahú, no plano de urbanismo de S. Paulo, que o professor Agache, de autoridade provecta, julga ser deficiente a sua largura de trinta metros.

Infelizmente, as condições topographicas (e tambem as economicas) não aconselhavam maior largura.

Deu bom resultado o processo de desapropriações levado a effeito por uma commissão especial, que fez o cadastro completo dos terrenos occupados pela avenida, registrando a planta de todas as propriedades, com áreas calculadas e limites descriptos nas escripturas.

Na avenida de S. João como na do Anhangabahú, falta muito pouco para ter-

minação completa das desapropriações.

Acha-se perfeitamente garantida a abertura das duas largas vias de comunicação, parte essencial do plano de avenidas traçado pela comissão de urbanismo e que ficou bastante conhecido na exposição dos trabalhos apresentados ao congresso de Architectos e Urbanistas reunido na capital da Republica.

- A ladeira do Carmo -

A notavel obra de melhoramento urbano representada pela avenida do Estado, ao longo do rio Tamanduatehy, cortando, de sul a norte, a grande área de S. Paulo, conduz ao parque Pedro II, o transito do Ypiranga e Villa Prudente; ao parque Pedro II afflue todo o immenso transito do Braz, do Pary, Moóca e Belemsinho; entretanto, para o acesso á Praça da Sé, além da apertada rua General Carneiro, havia apenas a ladeira do Carmo, ingreme, estreita e descuidada.

Reclamava-se o melhoramento dessa ladeira havia muitos annos.

Ninguem contestava sua importancia, a sua urgencia por todos era reconhecida; aquelle caminho comprimido, ingreme, ladeado por barranco de máo aspecto, de cujo alto canos de agua suja despejavam sobre os bondes nos dias de chuva, essa entrada para o centro da cidade, essa avenida do Braz á Praça da Cathedral reclamava uma transformação por honra de S. Paulo, rica metropole industrial, cujo vertiginoso progresso culminava no tempo em que as grandes obras da ladeira do Carmo foram atacadas.

A transformação realisou-se e hoje se faz ideia da entrada monumental que se abriu á população do Braz para o centro da cidade.

Cumprio a municipalidade o dever de construir, em linhas monumentaes, a rua de entrada ao centro de S. Paulo; resta que a E. F. Inglesa cumpra o dever de eliminar as porteiras do Braz e a E. F. Central o de erigir uma estação proporcional á importancia mercantil da sua terminal.

Não se descuidando dos principaes melhoramentos da cidade, a prefeitura iniciou as desapropriações indispensaveis á construcção de uma passagem superior na rua do Gazometro, obra de modesto custo, que serviria no caso de retardar-se o trabalho da avenida Rangel Pestana.

- O Mercado Central -

Temos ainda de escrever uma palavra sobre o ultimo dos seis maiores serviços que preoccuparam a nossa administração, nunca inspirada pela ancia de concluir nenhum delles, visando a gloria da inauguração, mas pelo desejo de acudir ás necessidades urbanas, garantindo, pelo inicio ou adeantamento das obras, o futuro da cidade.

Dentro desse pensamento, rendo homenagem aos meus dignos antecessores.

Tem sido S. Paulo uma cidade sempre bem administrada.

Apezar dos longos periodos administrativos, raras obras foram iniciadas e concluidas na mesma administração, revelando esse facto uma continuidade de acção que honra o pensamento politico dos homens de nossa terra.

Entre os trabalhos importantes de que nos occupamos, nestes ultimos annos, figura a construcção grandiosa do mercado central, projectada e iniciada pelo meu dignissimo antecessor.

O velho mercado da ladeira General Carneiro, pelo acanhamento de suas dimensões e pela falta de espaço em de redor, bem como o mesquinho mercado da rua Anhangabahú, sem alludirmos ao provisório mercado de aves e fructas, precisavam de ser centralizados num só espaço, amplo, accessivel por todos os lados, obra de proporções monumentaes, tal como a nossa magnifica cidade merecia.

Quasi tudo está feito, falta pouco para concluir-se; já o poderíamos ter inaugurado, si houvessemos realisado a operação de credito que temos em mira, para consolidação da divida fluctuante e conclusão do contracto de calçamento, da ladeira do Carmo e do mercado central.

- Reivindicação de terrenos -

Depois de darmos nova organização, adoptando o systema de fichas, ao movimento de papeis da prefeitura, desde a portaria, em todos as secções, até o archivo, parada final dos processos, procurámos organizar o archivo do patrimonio municipal.

Percebemos, então, que muito havia por fazer-se; era imperfeito o archi-

vo dos documentos; muitos terrenos municipaes tinham sido occupados por intrusos; um grande trabalho juridico deveriamos organizar e manter com toda a actividade para acautelarmos enormes interesses publicos, que corriam risco imminente de perda irreparavel, tal o tempo de posse e tal a situação creada pelo disposto no art. 551 do Codigo Civil que completava, justamente em 1927, dez annos de vigor.

Sob a direcção de um funcionario de alto valor moral, provector advogado, creamos a commissão de defeza juridica do patrimonio municipal, a importancia de cujo trabalho revelam os seguintes algarismos:

1 - área de terreno que já voltou á posse do Município.....	1.263.650 m.q.
2- área de terreno em processo de reivindi- cação.....	1.912.381 m.q.
3 - área de terreno na posse do Município, mas cujo dominio é contestado com titu- los falsificados.....	1.200.000 m.q.
4- área de terreno na posse do Município, mas disputado por acções possessorias...	384.000 m.q.

Temos ahí um total de 4.760.000 m.q., cujo valor os engenheiros que auxiliam a commissão juridica estabeleceram em 79.185 contos; demos, porém, de barato, que valham apenas 40.000 contos, justamente a importancia da divida fluctuante municipal.

Não é pequeno o merito administrativo dessas reivindicações; cumprimos, entretanto, o dever de vindicar, na opinião publica, para honra do funcionalismo de S. Paulo, além do reconhecimento desse merito, o de outro, de tão alta significação moral, como seja o esforço desenvolvido pela desapropriação de casas e terrenos, com valor proximo de 40.000 contos, sem que nunca, jamais, uma falta de escrupulo, na defeza do interesse publico, se verificasse e permittisse aos nossos adversarios attingir com a sua critica a nossa moralidade administrativa.

Outro esforço pedimos a justiça de se reconhecer no espirito de economia que presidio a nossa administração.

Um exemplo frisante se nos depara no serviço de limpeza publica, si compararmos a despeza do Rio de Janeiro e a de São Paulo.

Aqui removemos cerca de 500 toneladas diarias, com despeza annual inferior a nove mil contos; lá, custa a remoção de 900 toneladas pouco menos de trinta mil.

Confirmam os algarismos da tonelagem da limpeza publica a informação demographica de ser a população paulista superior á metade da do Rio de Janeiro.

Esta circumstancia permite algumas comparações netre as duas maiores cidades brasileiras, cujas condições de vida são relativamente as mesmas.

Faz o governo federal, para o Rio de Janeiro, os serviços de abastecimento de agua e exgotos, o de illumination publica, o de policiamento, o do corpo de bombeiros, o da saúde publica.

Construiu os esplendidos caes do porto, o canal do Mangue, a avenida Central, obras que custaram para mais de meio milhão de contos.

Tem a prefeitura do Rio de Janeiro uma receita ordinaria de 200.000 contos; sua divida fluctuante passa de 100.000; custa o serviço da divida consolidada cerca de 60.000 contos.

São Paulo, entretanto, com mais de metade da população, tem na sua vida financeira algarismos bastante inferiores á metade dos que definem a situação financeira do Rio de Janeiro.

Não passa de 60.000 contos a receita ordinaria de São Paulo; tambem não chega a 20.000 contos o serviço de sua divida consolidada e não vae além de 40.000 o valor de sua divida fluctuante.

Apezar de ser a paulista superior á metade da população carioca, si fosse a receita ordinaria de S. Paulo igual á metade apenas da receita do Rio de Janeiro, a situação financeira da nossa capital estaria folgadissima.

Outra circumstancia deveriamos lembrar em favor da situação financeira de São Paulo, cujo progresso, nestes ultimos annos, sendo relativamente superior ao do Rio de Janeiro, creou maior necessidade relativa de avulta-

das despesas com melhoramentos urbanos.

Verificamos, na ultima mensagem do eminente prefeito do Districto Federal, a quem deve a capital da Republica serviço immenso de obras e melhoramentos, ter-se elevado a 58.058 contos a despesa com o funcionalismo municipal.

Essa mesma despesa não vae além de 9.014 contos na prefeitura de S. Paulo, constituindo parcella justificavel na despesa total de 62.696 contos realisada no exercicio passado.

Examinando as arrecadações dos dois ultimos quatriennios, revelam as duas cidades o seguinte crescimento, sensivelmente parallelo:

	<u>Rio</u>		<u>S. Paulo</u>
1923.....	90.142 contos.....		26.051 contos
1926.....	120.660 " .....		42.845 "
1929.....	177.208 " .....		57.817 "

Conviria não esquecer, na observação do crescimento da arrecadação, a influencia da queda cambial, logo depois da terminação da guerra, effeito evidente da formidavel emissão <sup>v</sup> do papel no quatriennio de 1914 a 1918, tempo em que o Brasil duplicou a massa do seu meio circulante.

Outras emissões não lastradas, posteriores áquelle periodo, agravaram a situação cambial, de tal maneira que a moeda-papel de hoje vale pouco mais de um terço da antiga, anterior á guerra.

Em taes condições, a receita que S. Paulo obteve em 1920, no valor de 14.807 contos, corresponderia, pela simples depreciação da moeda, a quantia proxima de 45.000 contos, ou cerca de dois terços da effectiva arrecadação actual.

Cresceram, entretanto, acompanhando o progresso da cidade, o trabalho da sua conservação.

Duplicou a população e se multiplicou a área construida, tudo acarretando real augmento dos serviços municipaes.

Não foram, portanto, augmentados, na razão do crescimento das necessida-

des, os impostos cobrados para custeio dos serviços urbanos de S. Paulo.

A actual administração paulista, fóra a contribuição para calçamento, obra de beneficio directo para o contribuinte, não fez augmento de impostos.

Pode ver-se que o crescimento relativo da renda ordinaria foi maior no quadriennio anterior ao nosso; justamente o contrario se observa no Rio, onde cresceu mais a receita no ultimo quadriennio.

Em todo o caso, a marcha ascendente dos algarismos da receita, nas duas grandes cidades visinhas do Brasil, patentêa a semelhança do seu progresso e justifica a necessidade das medidas que criem para S. Paulo uma receita proporcional á sua população comparada á do Rio de Janeiro.

Justamente proporcional á população veem a ser os dois serviços principaes da prefeitura - a limpeza publica e a pavimentação da cidade.

E não ha mal em repetirmos que si S. Paulo tivesse uma renda proporcional á sua população, comparando-se com as grandes cidades de qualquer paiz, a sua vida financeira melhor se apresentaria.

A situação economica que atravessamos, acompanhando aliás <sup>o mundo</sup> civilisado na sua crise de super-produção, obriga-nos a um estacionamento na actividade cosntructiva, reclamada pelas necessidades urbanas de S. Paulo.

Tudo o que fizemos, e que ficou em perto de 120.000 contos, representa o alicerce, quando muito as paredes mestras, do edificio de urbanismo projectado com prudencia, acautelando apenas o futuro grandioso de nossa opulenta capital.

Passámos para o terreno todo o plano traçado; garantindo desse modo a sua execução futura, quando os recursos municipaes forem augmentados, o que não será difficil e será justo.

Os compromissos actuaes, para uma capital de 1.000.000 de habitantes, são relativamente leves; um pequeno auxilio do governo do Estado e uma cuidadosa alteração da lei de contribuição de calçamento, no proprio interesse do proprietario, seriam medidas faceis e justas que a nossa magnifica cidade espera e merece.

Tudo o que dispendemos, fizemol-o no rigoroso dever de acautelar o futuro

da cidade que administramos com o maior empenho em bem servil-a.

Neste momento, conviria fazer o possivel para concluir-se o contracto de pavimentação da cidade.

Pretendiamos ter realisado o emprestimo necessario em Agosto do anno passado; mas, a crise da bolsa de Nova York, cujo effeito foi logo a elevação da taxa de desconto no Banco da Inglaterra, que attingio a cifra jamais conhecida de seis e meio por cento, aconselhava não tratar-se da operação; vieram depois as nossas difficuldades economicas, agravadas pela agitação politica dos que não comprehendem a luta partidaria no terreno eleitoral e logo premeditam os crimes da desordem, cuja noticia no exterior nos humilha e desacredita.

Felizmente, a serenidade imperturbavel do governo da Republica, sua vigilancia infatigavel na defeza da ordem, seu elevado espirito de patriotismo e amor ás instituições, em tudo secundado pelo governo de São Paulo, onde se accumularam as difficuldades de natureza economica, por ser o commercio do café a base da garantia do nosso credito internacional, felizmente, a acção dos poderes publicos vae corrigindo o effeito sobre nós de uma crise mundial e o damno das agitações partidarias.

Não poderemos, entretanto, esperar, nas condições da ultima operação feita pela municipalidade, ha trez annos passados, a obtenção de um emprestimo.

Eis o motivo que nos levou a pedir autorisação para poder elevar de um ponto a taxa de juro consignada em lei de Agosto passado.

Feito o emprestimo, concluiremos o contracto de calçamento, terminaremos a ladeira do Carmo e o mercado central; mas, tudo aconselha um estacionamento prolongado <sup>na construção</sup> de outras obras, por mais necessarias que sejam ao desenvolvimento da cidade.

Tenho a honra de enviar aos Senhores Vereadores da Camara Municipal, com os protestos de meu agradecimento pela sua imprescindivel collaboração, inspirada sempre por devotamento ao interesse publico, as minhas mais attentivas saudações.

S. Paulo, 24 de julho de 1930.

*Rui S. Rio*